

**15ª SESSÃO DO SUBCOMITÊ PARA PROGRAMAS,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
DO COMITÊ EXECUTIVO**

*Sessão virtual, 24 a 26 de março de 2021*

---

SPBA15/FR  
26 de março de 2021  
Original: inglês

**RELATÓRIO FINAL**

---

**SUMÁRIO***Página*

<b>Abertura da sessão</b> .....	3
<b>Assuntos relativos ao Regulamento</b>	
Eleição da Mesa Diretora .....	4
Adoção da agenda .....	4
<b>Assuntos relativos à política dos programas</b>	
Esquema do orçamento por programas da Organização Pan Americana da Saúde 2022-2023 .....	4
Escala de contribuições fixas 2022-2023 .....	6
Colaboração com agentes não estatais .....	7
Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS .....	9
Nomeação de um membro do Comitê de Auditoria da OPAS .....	10
<b>Assuntos administrativos e financeiros</b>	
Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2020 .....	11
Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023 .....	14
Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana .....	15
Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana .....	16
Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital .....	19
Atualização sobre o Fundo de Capital de Giro .....	20
<b>Assuntos de informação geral</b>	
Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS .....	21
Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública .....	25
Projeto da agenda provisória para a 168ª sessão do Comitê Executivo .....	26
<b>Outros assuntos</b> .....	29
<b>Encerramento da sessão</b> .....	29
<b>Anexos</b>	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

## RELATÓRIO FINAL

1. A 15ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada de 24 a 26 de março de 2021. Devido às circunstâncias extraordinárias e sem precedentes impostas pela pandemia de COVID-19, a sessão foi realizada on-line, utilizando uma plataforma de videoconferência. Compareceram à sessão delegados dos seguintes sete membros do Subcomitê, eleitos pelo Comitê Executivo ou indicados pela Diretora: Barbados, Canadá, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, México e Uruguai. Representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Jamaica, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e participaram como observadores.

### **Abertura da sessão**

2. A Dra. Carissa Etienne (Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana) abriu a sessão, dando boas-vindas aos delegados dos Membros do Subcomitê e dos Estados Membros que participaram como observadores. Resumindo as principais realizações técnicas da Organização em 2020, ela observou que a OPAS seguiu atuando como voz de autoridade para a saúde na Região, fornecendo orientação política, estratégica e técnica sobre a resposta à COVID-19. Em consonância com os princípios de solidariedade e equidade, a Organização havia feito um apelo por unidade na abordagem do impacto da pandemia e na prestação de acesso equitativo às ferramentas de resposta à COVID-19, ao mesmo tempo em que defendeu a continuidade dos serviços essenciais de saúde para salvar vidas e mitigar os danos aos ganhos de saúde pública. Apesar das condições extraordinárias impostas pela pandemia, a OPAS continuou sendo um catalisador para melhorar a saúde geral e o bem-estar dos povos das Américas. Apesar da concentração de recursos na resposta à pandemia, foram obtidos avanços importantes rumo às metas do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 e aos compromissos incluídos na Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3. Entre outras realizações, a Repartição Sanitária Pan-Americana (Repartição):  
*a)* ajudou os países a aumentar a capacidade de tratamento intensivo e melhorar a coordenação e integração da prestação de serviços de saúde; *b)* facilitou o acesso a suprimentos de combate à COVID-19; *c)* prestou apoio e aconselhamento na preparação para a aquisição de vacinas por meio do Mecanismo (COVAX) de Acesso Global a Vacinas contra a COVID-19, ao mesmo tempo em que apoiou as negociações regulares de compra de vacinas a fim de manter a acessibilidade e a disponibilidade das vacinas para imunização de rotina; *d)* defendeu a distribuição justa, equitativa e oportuna de vacinas a todos os países da Região que participam do Mecanismo COVAX; *e)* intensificou sua colaboração com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para fornecer orientação sobre políticas visando a controlar e mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia, reabrir com segurança e reconstruir de maneira sustentável e inclusiva; *f)* gerou novos dados, conhecimentos e orientações sobre as vinculações entre a COVID-19 e as doenças não transmissíveis e a saúde mental; e *g)* trabalhou para aumentar

o compromisso político de alto nível e o consenso dentro dos Estados Membros para adotar os sistemas de informação da OPAS para seus modelos de saúde.

4. Além disso, a Repartição havia iniciado um processo de repensar suas prioridades de saúde pública e formas de trabalhar à luz das lições aprendidas com a resposta à pandemia. Vários insights importantes surgiram desse processo, que serão compartilhados com os Estados Membros durante a 168ª Sessão do Comitê Executivo em junho de 2021.

#### **Assuntos relativos ao Regulamento**

##### ***Eleição da Mesa Diretora***

5. Foram eleitos os seguintes Estados Membros para constituírem a mesa diretora do Subcomitê para a 15ª Sessão:

*Presidente:* Uruguai (Dr. Daniel Salinas)

*Vice-presidente:* México (Sr. Marcos Cantero Cortes)

*Relator:* Guatemala (Sra. María Eugenia Ardón Quezada)

6. A Diretora atuou como Secretária *ex officio*, e a Sra. Mary Lou Valdez (Diretora Adjunta da RSPA) como Secretária Técnica.

##### ***Adoção da agenda e do Programa de Reuniões (documentos SPBA15/1 e SPBA15/WP/1)***

7. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pela Diretora (documento SPBA15/1) sem alterações. O Subcomitê também aprovou o programa de reuniões (documento SPBA15/WP/1).

#### **Assuntos relativos à política dos programas**

##### ***Esquema do orçamento por programas da Organização Pan Americana da Saúde 2022-2023 (documento SPBA15/2)***

8. O Sr. Dean Chambliss (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou a versão preliminar do orçamento por programas proposto para 2022-2023, observando que seria o segundo orçamento por programas bienal adotado sob a égide do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. O orçamento por programas para 2022-2023 definiria os resultados imediatos e intermediários relacionados à saúde a serem alcançados coletivamente pela Repartição e pelos Estados Membros durante o biênio, e estabeleceria um orçamento para alcançar esses resultados. O orçamento por programas estaria alinhado e atenderia aos mandatos regionais e globais, incluindo o Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA30), o Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho (PGT13) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o orçamento por programas da OMS para 2022-2023.

9. O orçamento por programas também estaria alinhado com a nova política orçamentária da Organização, adotada em setembro de 2019<sup>1</sup>. Além disso, levaria em consideração o impacto da pandemia de COVID-19 e as lições aprendidas da resposta a ela; o resultado da revisão estratégica das prioridades do Plano Estratégico em âmbito nacional; e os níveis históricos de dotação orçamentária e de pessoal. Em relação a este último ponto, o Sr. Chambliss observou que os orçamentos da OPAS, como organização baseada no conhecimento, eram em grande parte dedicados a despesas com pessoal.

10. A proposta pedia um orçamento de US\$ 640 milhões<sup>2</sup> para programas básicos, uma quantia \$20 milhões maior do que para o biênio 2020-2021. Esse aumento seria financiado inteiramente a partir de um aumento previsto na alocação da OMS para a Região das Américas que, com base no valor endossado pelo Conselho Executivo da OMS em sua 148ª Sessão, deveria aumentar em \$36,7 milhões, de \$215,8 milhões para \$252,5 milhões, embora esse valor estivesse sujeito a alterações durante a 74ª Assembleia Mundial da Saúde em maio. Além disso, como a alocação da OMS para a Região historicamente não havia sido recebida na íntegra, a Repartição havia incluído \$20 milhões do aumento esperado na proposta do orçamento por programas.

11. As contribuições fixas líquidas da OPAS permaneceriam inalteradas no orçamento para programas 2022-2023 e as receitas diversas também deveriam permanecer as mesmas, enquanto as contribuições voluntárias da OPAS e o financiamento de outras fontes deveriam diminuir em cerca de \$16,7 milhões, de \$ 192,8 milhões para \$ 176,1 milhões. Porém, o Sr. Chambliss ressaltou que esse valor mais baixo não significa que a Repartição pretende reduzir seus esforços para aumentar as contribuições voluntárias – a redução apenas refletia a mudança nas proporções relativas das porções da OMS e da OPAS do orçamento. O Sr. Chambliss concluiu delineando o cronograma para a conclusão da proposta do orçamento por programas, observando que a minuta completa da proposta seria apresentada ao Comitê Executivo em sua 168ª Sessão em junho.

12. O Subcomitê acolheu favoravelmente os esforços da Repartição para incorporar ao projeto de orçamento as lições extraídas do biênio anterior e da resposta à pandemia, e trabalhar com os Estados Membros para revisar e reorientar os objetivos e prioridades da Organização de modo a refletir as necessidades atuais da Região. Foi solicitado à Repartição que apresentasse ao Comitê Executivo um relatório sobre as tendências e padrões observados no exercício de repriorização.

13. Assinalou-se que os Estados Membros estavam enfrentando pressões financeiras sem precedentes como resultado da pandemia, e enfatizou-se que a Repartição deveria elaborar uma proposta orçamentária realista que refletisse esse contexto de limitação de recursos. A Repartição foi incentivada a continuar a buscar economias por meio de ganhos de eficiência e a maximizar o uso de recursos para atividades de primeira linha, reduzindo as despesas administrativas a partir de uma perspectiva de austeridade que priorizasse a

---

<sup>1</sup> Vide documento CD57/5 e resolução CD57.R3 (2019).

<sup>2</sup> Salvo indicação em contrário, todas as cifras monetárias citadas neste relatório estão expressas em dólares dos Estados Unidos.

cooperação técnica com os Estados Membros. Enfatizou-se que os Estados Membros deveriam pagar suas contribuições fixas para assegurar que a Organização conseguisse implementar o orçamento por programas para 2022-2023.

14. O Sr. Chambliss assegurou ao Subcomitê que a proposta a ser apresentada ao Comitê Executivo em junho incluiria informações sobre tendências e padrões observados durante o exercício de repriorização e sobre as repercussões da revisão das prioridades estratégicas para a alocação de recursos. O documento também incluiria informações sobre as várias medidas inovadoras de eficiência que a Repartição havia introduzido. A Repartição já havia considerado a possibilidade de a Região não receber sua alocação da OMS na íntegra, ao propor um aumento no orçamento básico menor do que o aumento esperado na alocação regional da OMS. A Repartição também havia considerado as restrições de recursos enfrentadas pelos Estados Membros, conforme refletido no fato de que as contribuições fixas permaneceriam inalteradas. Por esses motivos, a Repartição acreditava que a proposta era realista em termos de financiamento, mas continuaria monitorando a evolução da situação na Região e faria os ajustes necessários.

15. A Diretora reconheceu que havia várias incógnitas com relação à proposta do orçamento por programas, sendo uma delas a proposta de orçamento por programas da OMS para 2022-2023, que provavelmente seria alterada antes da 74ª Assembleia Mundial da Saúde em maio, e cujas alterações poderiam impactar a proposta de orçamento da OPAS. O trabalho contínuo da Repartição junto aos Estados Membros seria moldado pela evolução das prioridades estratégicas da Organização – a qual determinaria o que enfatizar – e por suas perspectivas de mobilização de recursos. Ela assinalou que, embora a Repartição não estivesse solicitando nenhum aumento nas contribuições fixas, não havia ocorrido aumento desde 2012, o que em termos reais representava uma redução no financiamento do orçamento-base. Ela afirmou que a Repartição continuou a buscar mais eficiência e a aplicar as lições aprendidas com a pandemia em seu trabalho.

16. O Subcomitê tomou nota do relatório.

#### ***Escala de contribuições fixas 2022-2023 (documento SPBA15/3)***

17. O Sr. Dean Chambliss (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o documento SPBA15/3, observando que, assim como o orçamento por programas 2022-2023 proposto, a escala proposta de contribuições fixas para o período seria a segunda a ser aprovada no âmbito do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. A escala, junto com o nível total de contribuições fixas definido no orçamento por programas 2022-2023, determinaria os valores a serem pagos pelos Estados Membros da OPAS durante o biênio.

18. Ele lembrou que, de acordo com a Constituição da OPAS, a escala de contribuições fixas da Organização estava vinculada à escala adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em outubro de 2018, que abrangia o período de 2019 a 2023. Essa escala aplicou taxas anuais diferentes entre 2020 e 2023, e de 2021 a 2023 a OEA havia modificado o cálculo da porcentagem com base anual, o que se traduziu

em aumento percentual para todos os Estados membros da OEA, exceto os Estados Unidos. A escala da OPAS para 2022-2023 estaria alinhada com as respectivas escalas da OEA para esses anos. A escala de contribuições fixas para membros associados da OPAS e Estados Participantes não membros da OEA seria calculada de acordo com o documento CD54/5, Rev.1.

19. Após a apresentação do Sr. Chambliss, o Delegado dos Estados Unidos indicou que não era do interesse da Organização depender tanto de um único doador e que a divisão equitativa das contribuições fixas entre os Estados Membros incentivaria a sustentabilidade financeira.

20. A Diretora, observando que a nova escala da OEA exigiria que alguns Estados Membros da OPAS pagassem uma contribuição maior à Organização, disse que a Repartição reconhecia que muitos países estavam enfrentando dificuldades econômicas como resultado da pandemia. Não obstante, as atuais circunstâncias haviam destacado a importância do pagamento oportuno das contribuições fixas, e ela esperava que os Estados Membros tomassem as providências necessárias para assegurar que seus pagamentos fossem feitos em tempo hábil.

21. O Subcomitê tomou nota do relatório.

#### ***Colaboração com agentes não estatais (documento SPBA15/4)***

22. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) apresentou o documento SPBA15/4, o qual explica em detalhes as medidas tomadas pela OPAS para implementar o Quadro de Colaboração com Agentes Não Estatais (FENSA, sigla em inglês), adotado pela Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2016 e pelo Conselho Diretor da OPAS em setembro de 2016. Ela relatou que, ao longo de 2020, a Repartição continuou trabalhando em estreita colaboração com a Secretaria da OMS para assegurar uma abordagem coerente e consistente para a implementação do FENSA e que o ponto focal do FENSA na OPAS havia participado de uma avaliação do FENSA pela OMS.

23. Em 2020, a Repartição realizou quase 300 análises padrão de *due diligence* e de avaliação de riscos, bem como centenas de análises simplificadas para colaborações de baixo risco. No início da pandemia de COVID-19, a RSPA reconheceu de imediato a necessidade de revisar, com celeridade, suas colaborações potenciais com agentes não estatais. Como resultado, a Diretora implementou procedimentos especiais para responder mais rapidamente à pandemia de COVID-19, assegurando ao mesmo tempo que a integridade, a independência e a reputação da Organização fossem preservadas. Vários acordos-modelo para a pandemia de COVID-19 também haviam sido elaborados para permitir que a Organização recebesse contribuições financeiras e em espécie com mais rapidez.

24. A Organização havia participado de uma série de colaborações inovadoras com agentes não estatais durante o ano. Por exemplo, trabalhou com plataformas de mídia social para disseminar mensagens da OPAS e combater a desinformação relacionada à COVID-

19. Também colaborou no lançamento de duas canções – cuja renda foi revertida para apoiar a OPAS e sua resposta à pandemia – e se associou a uma empresa global de entretenimento para criar um vídeo para crianças sobre como se proteger contra a COVID-19.

25. Na discussão que se seguiu, o Subcomitê acolheu cordialmente os esforços da Organização para continuar trabalhando em estreita colaboração com a Secretaria da OMS na implementação do FENSA. Foi solicitado à Repartição que indicasse quais providências estava tomando em nível regional para implementar as recomendações da avaliação do FENSA pela OMS, inclusive com relação ao desenvolvimento de uma estratégia de implementação e plano abrangentes para colaboração com agentes não estatais. Sugeriu-se que o relatório seria ainda mais útil se contivesse uma breve visão geral das lições aprendidas com a implementação do FENSA nas várias regiões da OMS e detalhes de como a Região das Américas contribuiu para o fortalecimento da rede de pontos focais do FENSA.

26. Os membros do Subcomitê reconheceram que a pandemia de COVID-19 prejudicou a capacidade da Organização de realizar treinamentos sobre o FENSA e atualizar os materiais de orientação. Ainda assim, foi ressaltada a importância de continuar revisando e atualizando suas diretrizes. Foram solicitadas informações sobre as sessões de capacitação planejadas para 2021. Foi questionado se a Repartição planejava avaliar os procedimentos simplificados elaborados em resposta à COVID-19 para identificar sucessos, desafios e lições aprendidas. Sugeriu-se que o relatório deveria incluir mais informações sobre esses processos simplificados, inclusive os critérios usados para avaliar as colaborações com agentes não estatais e o número de solicitações que foram recebidas, avaliadas, aceitas e rejeitadas. Foi questionado à Repartição se os procedimentos simplificados poderiam ser usados não apenas para análise de colaborações em potencial relacionadas à COVID-19, mas também para favorecer relacionamentos mais fortes entre a OPAS e os agentes não estatais em geral.

27. Observou-se que a pandemia havia destacado o papel crítico desempenhado pelos agentes não estatais na resposta às emergências de saúde, e recomendou-se que a OPAS expandisse ainda mais suas atividades de engajamento e colaboração com agentes não estatais na Região. Solicitou-se informação sobre as colaborações da Repartição com agentes não estatais em nível nacional. Também foi solicitado à Repartição que indicasse se poderia apresentar aos Estados Membros recomendações ou diretrizes de procedimentos para uso em nível nacional para avaliar, mitigar e gerenciar conflitos de interesse em possíveis colaborações com agentes não estatais, particularmente aqueles ligados ao setor farmacêutico e às indústrias de alimentos e bebidas alcoólicas.

28. A Dra. Jiménez respondeu que a OMS era responsável por executar a estratégia e o plano de implementação do FENSA, com participação ativa da OPAS, por meio de seu ponto focal. Ela enfatizou que o FENSA já estava plenamente implementado na OPAS e que a Repartição continuava a desenvolver seus procedimentos na Sede e nas representações nos países. A Repartição também monitora e revisa os procedimentos implantados pela OMS e trabalha em estreita colaboração com a Secretaria da OMS para



implementar as recomendações aplicáveis à OPAS. A Secretária da OMS estava preparando um documento sobre as lições aprendidas com relação à implementação do FENSA, assim como a Repartição. Os esforços para desenvolver novas estratégias seriam retomados assim que a pandemia arrefecesse. Embora a Organização tenha sido forçada a adiar seus treinamentos em 2020 para se concentrar na pandemia, havia planos para retomar a capacitação no segundo semestre de 2021 e realizar cursos virtuais sobre o FENSA.

29. Com relação aos procedimentos simplificados implementados durante a pandemia, ela assegurou ao Subcomitê que a Repartição pretendia realizar uma análise assim que fosse viável. Ficou claro que esses procedimentos simplificados permitiram que as colaborações relacionadas à COVID-19 fossem analisadas em 48 horas. Embora o processo fosse reconhecidamente trabalhoso, sem dúvida ajudou a Organização a responder de maneira mais eficaz à pandemia. Esperava-se que os procedimentos continuassem a ser usados em tempos pós-pandêmicos. A Dra. Jiménez enfatizou que a Repartição incentiva ativamente a colaboração com todos os tipos de agentes não estatais e estava trabalhando para desenvolver e divulgar políticas e procedimentos relevantes. Por último, ela observou que a Repartição havia recebido uma série de solicitações dos Estados Membros para assistência técnica em relação a colaborações de alto risco com agentes não estatais das indústrias de tabaco, álcool e alimentos, e poderia compartilhar suas experiências e recomendações e realizar treinamentos sobre o assunto em nível nacional, caso solicitado pelos Estados Membros.

30. A Diretora acrescentou que a natureza generalizada e a gravidade da pandemia, juntamente com a crise financeira da OPAS, forçaram a Organização a ampliar seu envolvimento com agentes não estatais não apenas para mobilizar recursos, divulgar informações e hospedar webinários de capacitação, mas também para aproveitar metodologias inovadoras. Porém, ela assinalou que os recursos da Organização haviam sido sobrecarregados consideravelmente nesse esforço de intensificar seu envolvimento com agentes não-estatais – uma empreitada que exige enorme quantidade de recursos –, ao mesmo tempo em que atendia às demandas dos Estados Membros e lidava com uma situação sem precedentes.

31. O Subcomitê tomou nota do relatório.

***Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS (documento SPBA15/5)***

32. O Sr. Alberto Kleiman (Diretor do Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos da RSPA) lembrou que as relações oficiais entre a OPAS e agentes não estatais são baseadas em um plano de colaboração de três anos desenvolvido e acordado conjuntamente pelo agente não estatal e pela OPAS. Esses planos são estruturados de acordo com o Plano Estratégico da OPAS e não podem ter caráter predominantemente comercial ou fins lucrativos. Ele relatou que, durante o período do relatório, foi recebida uma solicitação de um agente não estatal que buscava firmar relações oficiais com a OPAS: a Campanha para Crianças Livres do Tabaco [Campaign for

Tobacco-Free Kids]. Além disso, nove organizações com relações oficiais deveriam passar por sua revisão trienal.

33. A Repartição havia analisado a solicitação da Campanha por Crianças Livres do Tabaco de acordo com o FENSA e determinado que a Campanha atendia aos requisitos para admissão a relações oficiais com a OPAS. Portanto, havia recomendado que a solicitação da organização fosse aprovada. A Repartição também recomendou a continuidade das relações com todas as nove organizações cuja revisão trienal estava pendente.

34. O Sr. Kleiman concluiu destacando as valiosas contribuições dos agentes não estatais ao trabalho da OPAS, observando que elas permitiram à Organização expandir o alcance de suas atividades, fortalecer seus esforços de promoção da saúde e facilitar o compartilhamento de conhecimentos e experiências.

35. O Subcomitê realizou uma reunião a portas fechadas para considerar as recomendações pertinentes a cada agente não estatal. Depois de examinar as informações confidenciais fornecidas pela Repartição, o Subcomitê decidiu recomendar ao Comitê Executivo que aprovasse a admissão da Campanha para Crianças Livres do Tabaco a relações oficiais com a OPAS, e a continuidade das relações oficiais entre a OPAS e a Action on Smoking and Health, a Associação Americana de Fala, Linguagem e Audição, a Drugs for Neglected Diseases Initiative – Latin America, a Aliança da Convenção-Quadro, a Fundação Interamericana do Coração, a Federação Latino-Americana da Indústria Farmacêutica, a Sociedade Latino-Americana de Nefrologia e Hipertensão, a Aliança Nacional de Saúde Hispânica e o Instituto Sabin de Vacinas.

36. O Presidente anunciou que as recomendações do Subcomitê seriam apresentadas à 168ª Sessão do Comitê Executivo na forma de um projeto de resolução.

***Nomeação de um membro do Comitê de Auditoria da OPAS (documento SPBA15/6)***

37. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) apresentou uma breve visão geral dos trabalhos do Comitê de Auditoria e chamou atenção para seus termos de referência, que apareceram como um anexo ao documento SPBA15/6. Ela observou que, de acordo com esses termos de referência, os três membros do Comitê de Auditoria são eleitos pelo Comitê Executivo e servem não mais de dois mandatos de três anos cada. Como o mandato de um dos membros terminaria em junho de 2021, seria necessário que o Comitê Executivo nomeasse um novo membro para preencher esta vaga durante sua 168ª sessão em junho. De acordo com o processo de identificação de candidatos para o Comitê de Auditoria, a Diretora da RSPA havia atualizado a lista de candidatos potenciais altamente qualificados para preencher as vagas do Comitê de Auditoria e formulado uma lista preliminar a ser considerada pelo Subcomitê, que então recomendaria um candidato ao Comitê Executivo. Documentos relevantes sobre os candidatos foram distribuídos aos Membros do Subcomitê.

38. O Subcomitê decidiu estabelecer um grupo de trabalho, composto pelos delegados de Barbados, Estados Unidos e Guatemala, para examinar a lista de candidatos proposta pela Diretora. Posteriormente, a Sra. María Eugenia Ardón Quezada (Guatemala) informou que o grupo de trabalho havia avaliado os seis candidatos propostos com base nos critérios formulados na seção 4 dos Termos de Referência e havia selecionado cinco fatores críticos para classificar os candidatos. Cada membro do grupo havia classificado cada um dos candidatos separadamente, e, em seguida, as pontuações haviam sido somadas e a média dos resultados individuais, calculada. Por unanimidade, o Sr. Martín Guozden havia sido selecionado como o candidato a ser recomendado para indicação ao Comitê de Auditoria.

39. Na discussão que se seguiu, um delegado observou que o Comitê de Auditoria desempenhava um papel crítico de supervisão da OPAS, fortalecendo, assim, a responsabilidade e melhorando a governança dentro da Organização.

40. A Diretora agradeceu ao grupo de trabalho por sua recomendação e aos Membros do Subcomitê por aceitá-la, e ressaltou a importância da função do Comitê de Auditoria na Organização. A contribuição do Sr. Guozden durante seu primeiro mandato no Comitê foi inestimável e, portanto, ela acolheu a decisão do Subcomitê de recomendar sua renomeação para um segundo mandato.

41. O Subcomitê endossou a recomendação do grupo de trabalho. O Presidente anunciou que a recomendação do Subcomitê seria comunicada ao Comitê Executivo.

#### **Assuntos administrativos e financeiros**

##### ***Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2020 (documento SPBA15/7)***

42. O Sr. Xavier Puente Chaudé (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) apresentou uma visão geral do relatório financeiro da Diretora para 2020, observando que as demonstrações financeiras ainda estavam sendo auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o National Audit Office da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (NAO). Ele acrescentou que o NAO havia informado à Repartição que, por razões internas, não esperava concluir seu relatório até perto do final de maio, e não durante a primeira quinzena de abril, como era de costume.

43. Com destaque para as principais tendências em relação às receitas e despesas, ele informou que a receita total consolidada da Organização em 2020 havia sido de aproximadamente \$1,34 bilhão, um aumento de 12% em relação a 2019, devido a grandes aumentos na receita de aquisições de suprimentos para combate à COVID-19 em nome dos Estados Membros e contribuições voluntárias extraordinárias para emergências. As aquisições por meio do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (o Fundo Rotativo) representaram a maior parcela da receita de aquisições, embora a receita do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (o Fundo Estratégico) tenha aumentado sobremaneira em comparação com 2019 e anos anteriores, devido ao aumento da aquisição de suprimentos para o combate à COVID-19. A receita do orçamento por

programas havia crescido 19%, de \$284,8 milhões em 2019 para \$338,7 milhões em 2020, devido a um aumento de 86% nas contribuições voluntárias da OPAS e da OMS. Esse aumento das contribuições voluntárias, por sua vez, deveu-se a um aumento de quase cem vezes nas contribuições relacionadas à emergência da COVID-19.

44. As contribuições fixas do ano corrente arrecadadas em 2020 totalizaram \$41,9 milhões, o que representou uma melhoria em relação a 2019, quando a arrecadação de contribuições fixas do ano corrente chegou a apenas \$30,2 milhões. No entanto, apenas cerca de 40% das contribuições devidas em 2020 haviam sido recebidas, e o saldo total pendente ao final do ano era de \$84,6 milhões – cerca de \$4 milhões a menos do que em 2019, mas ainda mais do que o dobro do valor pendente em 2018, o primeiro ano do biênio anterior. Pelo segundo ano consecutivo, os atrasos no pagamento das contribuições fixas haviam impactado negativamente a capacidade da Repartição de prestar cooperação técnica e implementar o orçamento por programas da Organização. Como resultado desses atrasos, a Repartição também fora obrigada a esgotar o saldo do Fundo de Capital de Giro e a tomar empréstimos de outros fundos irrestritos.

45. Os gastos totais consolidados para 2020 foram de \$1,35 bilhão, em comparação com \$1,18 bilhão para 2019 – um aumento de 14%. As compras de suprimentos, insumos e materiais haviam respondido pela maior parcela dos gastos, quase todos relacionados a aquisições em nome dos Estados Membros. Funcionários e outros custos de pessoal aumentaram de \$143,5 milhões em 2019 para \$181,5 milhões em 2020, embora os salários e direitos trabalhistas dos funcionários tenham diminuído de \$134,4 milhões em 2019 para \$130,7 milhões em 2020. O aumento dos gastos com pessoal deveu-se essencialmente a um aumento considerável do valor atuarial das responsabilidades com o seguro de saúde, que por sua vez estava relacionado a uma queda significativa da taxa de desconto. Os gastos com viagens diminuíram sensivelmente, de \$34,8 milhões em 2019 para \$9,8 milhões em 2020.

46. Na discussão que se seguiu, foi externada gratidão pelo apoio da Repartição aos Estados Membros durante a pandemia, e os Estados Membros foram solicitados a pagar suas contribuições fixas no prazo, na íntegra e sem condições, de modo a permitir que a Repartição continuasse fornecendo seu apoio crítico. Foi solicitado à Repartição que fornecesse mais informações acerca de quais medidas foram tomadas para atender às recomendações feitas pelo Auditor Externo com respeito ao relatório financeiro para o exercício de 2019<sup>3</sup>, especialmente aquelas relacionadas à resolução de inconsistências na aplicação de políticas de contabilização de atrasos no recebimento das contribuições fixas, que poderiam resultar em uma superestimação dos recursos disponíveis para a Organização. Também foi solicitado à Repartição assegurar que as decisões sobre a perda do valor recuperável dos ativos a receber fossem tomadas com base em critérios objetivos; e aprimorar o relatório financeiro de modo a fornecer uma imagem mais clara do desempenho da Organização, sua saúde financeira e os resultados alcançados a partir do uso dos recursos financeiros.

---

<sup>3</sup> Vide documento Oficial nº 360 (2020).

47. Também foi solicitado à Repartição que o relatório financeiro de 2020 desse mais enfoque às tendências financeiras e à gestão de risco. Expressou-se preocupação com o fato de que as despesas para o exercício de 2020 haviam excedido as receitas em cerca de \$11 milhões, e foram solicitados esclarecimentos sobre a atual situação de liquidez da Organização.

48. O Sr. Puente Chaudé respondeu que a Repartição havia seguido todas as recomendações do Auditor Externo durante 2020 e no fechamento das contas do ano. A Repartição havia estabelecido provisões para os recebíveis pendentes e, desde a adoção da resolução CD58.R7, em 2020, também havia conseguido estabelecer provisões relacionadas às contribuições fixas pendentes, com base em critérios objetivos, inclusive a idade da dívida. A Repartição havia tomado todas as medidas necessárias para levar em consideração os recebíveis pendentes e evitar despesas que não pudessem ser cobertas com os recursos efetivamente disponíveis, embora isso tivesse resultado em atrasos na implementação do orçamento por programas.

49. Ele enfatizou que, apesar do déficit no orçamento geral, o orçamento por programas não havia apresentado déficit. Ele explicou que o déficit geral era uma situação extraordinária devida a várias circunstâncias excepcionais, inclusive o aumento das provisões para devedores duvidosos, a reavaliação do passivo do seguro de saúde e os ativos imobiliários da Organização. Esperava-se que o déficit fosse revertido em 2021. Quanto à situação do passivo da Organização, era excelente em relação a todas as atividades que não faziam parte do orçamento por programas, que haviam sido gravemente afetadas pelos atrasos no recebimento das contribuições fixas. Por último, com respeito à gestão de riscos, observou que o relatório financeiro incluiria, como de costume, uma declaração sobre o controle interno, com uma análise de todos os riscos enfrentados pela Organização.

50. A Diretora observou que 2020 havia sido um ano extraordinário em muitos aspectos, tanto para a Repartição quanto para a Organização como um todo. Em face das graves restrições financeiras ocorridas em 2019 e 2020, a Repartição reduziu significativamente seus custos de pessoal e intensificou seus esforços para mobilizar contribuições voluntárias, especialmente para a resposta à COVID-19. O sucesso desses esforços foi refletido nas demonstrações financeiras. Ao mesmo tempo, apesar das limitações de financiamento, a Repartição foi capaz de continuar prestando aos Estados Membros um nível significativo de cooperação técnica em áreas não relacionadas à pandemia. Por meio do Fundo Estratégico, a Repartição conseguiu atender às necessidades dos Estados Membros de insumos para combate à COVID-19, ao mesmo tempo em que manteve um nível quase normal de aquisição de vacinas para a imunização de rotina por meio do Fundo Rotativo, um resultado que atestou a importância que tanto a Repartição quanto os Estados Membros dão à imunização. Ela enfatizou que a Direção Executiva da Repartição leva suas responsabilidades fiduciárias muito a sério e observou que reuniões mensais eram realizadas com os gestores relevantes para revisar e monitorar despesas, disponibilidade de fundos e obrigações, a fim de garantir que os gastos não excedessem os recursos disponíveis.

51. Ela agradeceu aos Estados Membros que haviam pagado suas contribuições fixas e apelou aos que ainda não o haviam feito a fazê-lo o quanto antes, para que a Repartição seja capaz de fornecer o nível de cooperação técnica que os Estados Membros exigiam.

52. O Subcomitê tomou nota do relatório.

***Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023 (documento SPBA15/8)***

53. O Sr. Xavier Puente Chaudé (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) lembrou que o National Audit Office da Grã-Bretanha havia sido nomeado em 2017 para atuar como Auditor Externo da OPAS nos biênios 2018-2019 e 2020-2021. A nomeação do Auditor Externo expiraria após a conclusão de sua auditoria do exercício financeiro de 2021. Ele ainda lembrou que, historicamente, tem sido de praxe prorrogar a nomeação do Auditor Externo por um biênio adicional caso tenha cumprido suas funções satisfatoriamente e esteja disposto a servir por outro biênio. A Organização estava satisfeita com o desempenho do Auditor Externo e acreditava que prorrogar seu mandato por um terceiro e último biênio, para o período 2022-2023, garantiria a continuidade e eficácia da auditoria da Organização, especialmente durante o período atual sem precedentes de teletrabalho e capacidade limitada de viagens.

54. De acordo com os procedimentos estabelecidos, a Repartição iniciaria o processo de solicitação de nomeações dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados para um auditor de reputação internacional a ser considerado pelos Órgãos Diretores para nomeação como Auditor Externo da OPAS para os biênios 2024-2025 e 2026-2027. O Sr. Puente Chaudé solicitou aos Estados Membros que apresentem nomeações de candidatos qualificados para serem considerados para a vaga de Auditor Externo da OPAS.

55. Na discussão do relatório pelo Subcomitê, foi reconhecido o alto padrão de excelência demonstrado pelo NAO e externado apoio para sua recondução ao posto, principalmente para fortalecer a transparência e dar continuidade durante a atual situação sem precedentes. Assinalou-se, entretanto, que a boa prática entre as organizações internacionais é de limitar a nomeação do Auditor Externo a um único mandato de quatro a seis anos, não imediatamente renovável. Recomendou-se que o Comitê de Auditoria fosse consultado quanto a suas opiniões sobre o assunto e que a Organização revisasse o Regulamento Financeiro continuamente, visando a estabelecer tais limites de mandato. Esperava-se que um grupo diversificado de novos candidatos fosse proposto para consideração nos biênios 2024-2025 e 2026-2027.

56. O Sr. Puente Chaudé destacou que a proposta de nomear o NAO para um biênio adicional estava efetivamente harmonizada com as boas práticas adotada por outras organizações internacionais, uma vez que estenderia o atual mandato de quatro anos do NAO para um máximo de seis anos. Ele reiterou que o processo para um novo Auditor Externo teria início em 2022.

57. A Diretora disse que a Repartição havia se beneficiado significativamente do alto padrão das auditorias do NAO e que esperava continuar essa relação de trabalho por mais um biênio.

58. O Subcomitê tomou nota do relatório.

***Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (documento SPBA15/9)***

59. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA) resumiu as mudanças propostas ao Regulamento de Pessoal estabelecidas nos anexos do documento SPBA15/9, que foram feitas à luz da experiência e considerando a boa gestão de recursos humanos, e visavam a alinhar a OPAS com a OMS e manter a consistência entre as condições empregatícias do pessoal da RSPA e as das agências do Sistema Comum das Nações Unidas.

60. As emendas estavam relacionadas a decisões tomadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua septuagésima quinta sessão, com base nas recomendações da Comissão do Serviço Público Internacional. A escala de salários para as categorias profissionais e superiores havia sido revisada, o que resultou na necessidade de revisão semelhante dos salários dos cargos de Diretor, Vice-diretor e Subdiretor. As implicações financeiras advindas da recomendação da Comissão do Serviço Público Internacional sobre o aumento da escala de salário base/mínimo foram estimadas em aproximadamente \$858.000/ano para todo o sistema das Nações Unidas.

61. Uma série de itens do Regulamento de Pessoal relativos a pagamentos e deduções haviam sido introduzidos ou alterados para esclarecer, entre outros aspectos, como a Repartição tratava ou corrigia os pagamentos indevidos ou insuficientes de salários, benefícios ou contribuições de pensão de um funcionário. Foi ainda esclarecido que os erros cometidos na determinação ou registro de abonos, benefícios, direito a férias ou tempo de serviço de um funcionário podem ser corrigidos a qualquer momento. Também foram feitas alterações para especificar a duração da licença parental para funcionários com contratos temporários lotados em locais de destino não familiares, e para estipular que os candidatos a vagas de serviços gerais devem ser cidadãos ou residentes legais permanentes do país onde se situa o local de lotação.

62. Na discussão que se seguiu, foi solicitado um esclarecimento sobre o impacto financeiro das alterações do Regulamento de Pessoal, das revisões dos salários e do aumento das responsabilidades com pensões e seguros de saúde. Também foi solicitado esclarecer se a implementação das recomendações da Comissão do Serviço Público Internacional era obrigatória ou se a Organização poderia optar por não fazê-lo em função de sua atual situação financeira. Solicitou-se que a Repartição fornecesse informações sobre as repercussões financeiras dos aumentos salariais nos últimos seis anos. Também foi solicitado à Repartição que realizasse uma análise do impacto da resolução CESS1.R2 (com relação à atual situação financeira e ajustes às prioridades estratégicas da

Organização) e uma revisão da estrutura organizacional da Repartição e dos salários da Direção Executiva, para consideração do Comitê Executivo.

63. A Dra. Barillas respondeu que era obrigatório para a Repartição implementar as recomendações da Comissão do Serviço Público Internacional e que o impacto financeiro dos ajustes salariais seria muito pequeno, aproximadamente \$11.000 por ano. Ela enfatizou que as alterações na escala salarial foram feitas por meio do método de consolidação padrão de aumentar o salário base/mínimo e diminuir proporcionalmente os multiplicadores pós-ajuste para todos os postos de trabalho, resultando, assim, em nenhuma perda ou ganho na remuneração líquida em folha. Caso a Organização não desejasse mais alinhar seus salários com os do sistema das Nações Unidas, seria necessário realizar uma avaliação de impacto exaustiva, até porque isso teria repercussões jurídicas em relação aos contratos de pessoal existentes. Ela disse que havia tomado nota das informações solicitadas para inclusão no relatório a ser submetido ao Comitê Executivo.

64. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração da RSPA) assinalou que o Fundo de Aposentadoria do Pessoal das Nações Unidas era responsável pelo pagamento dos benefícios de pensão a todos os funcionários do sistema das Nações Unidas e que a OPAS, portanto, não tinha obrigações a esse respeito. As contribuições para o fundo de pensão eram pagas pela Organização como proporção do salário de cada funcionário e, portanto, fazem parte de seu custo anual de pessoal. Ele afirmou que o impacto dos ajustes da escala salarial nos últimos seis anos havia sido mínimo, uma vez que as modificações haviam sido feitas com nenhuma perda ou ganho, acrescentando que a Repartição apresentaria a análise de impacto solicitada; nesse ínterim, os Estados Membros poderiam encontrar detalhes sobre os custos de pessoal nos relatórios financeiros anuais da Diretora, disponíveis no site da OPAS.

65. O Subcomitê tomou nota do relatório.

***Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana (documento SPBA15/10)***

66. A Sra. Mary Lou Valdez (Diretora Adjunta da RSPA) apresentou o relatório sobre gestão de recursos humanos, explicando que, além do grupo de trabalho dos Estados Membros estabelecido em 2020 pelo Comitê Executivo, de acordo com a resolução CESS1.R2, um comitê diretor interno havia sido criado pela Diretora para examinar as principais funções e elementos estruturais da Repartição. As recomendações desse comitê diretor formaram a base de 20 iniciativas de desenvolvimento organizacional (ODI, sigla em inglês) destinadas a aprimorar a eficiência operacional e de recursos da Organização e apoiar a implementação de suas prioridades estratégicas. Várias ODI estavam relacionadas à gestão de recursos humanos e visavam a fortalecer a gestão do pessoal da Organização, inclusive melhorando o ambiente de trabalho e fortalecendo o desenvolvimento de carreira. Um comitê de supervisão foi estabelecido para coordenar e supervisionar todas as iniciativas e apoiar a Direção Executiva da Repartição no monitoramento e destaque de quaisquer assuntos que requeiram ação.



67. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA) apresentou o documento SPBA15/10, que resumiu as iniciativas mais importantes realizadas na esfera de recursos humanos em 2020. O relatório também continha estatísticas sobre as várias categorias de pessoal, a distribuição por gênero, a idade e o tempo de serviço, e as tendências de aposentadoria. Ela forneceu uma visão geral da estratégia de recursos humanos revisada da Repartição para o período 2020-2025, conhecida como “Estratégia de Pessoas 2.0”, que incorporava atividades de alta prioridade da iteração anterior da estratégia e ODI relacionadas aos recursos humanos para apoiar a implementação do Plano Estratégico da Organização 2020-2025. A Estratégia de Pessoas 2.0 foi construída sobre três pilares principais (otimização funcional, inovação e agilidade), visando a otimizar a eficiência de recursos, identificar e preencher lacunas de habilidades, promover o desenvolvimento de carreira, nutrir talentos e diversidade, e promover maior adaptabilidade, entre outros objetivos.

68. Ela observou que, assim que a pandemia de COVID-19 foi declarada, a Repartição priorizou o desenvolvimento de procedimentos e protocolos para prevenir ou minimizar a exposição do pessoal à COVID-19. Um Procedimento Operacional Padrão de Teletrabalho de Emergência foi emitido para todos os locais de lotação para facilitar a continuidade dos negócios e ao mesmo tempo proteger a saúde, a segurança e o bem-estar de todo o pessoal da OPAS. Também foram publicadas diretrizes administrativas sobre o surto de COVID-19, realizadas sessões de informação e disponibilizados serviços de aconselhamento para apoiar o pessoal da OPAS.

69. No que diz respeito à gestão de talentos, à luz da situação financeira, a Repartição avaliou as opções disponíveis para o recrutamento temporário e direcionado de pessoal, incluindo a utilização do Programa de Oficiais Profissionais Júnior, do Programa de Voluntários das Nações Unidas e de serviços de profissionais dos Centros Colaboradores da OPAS/OMS. Nesse sentido, em 2020 houve uma diminuição significativa das contratações a termo e temporárias e um aumento na utilização de consultores, em grande parte devido à necessidade de responder à pandemia. A Dra. Barillas destacou que, embora tenha havido uma diminuição na proporção de mulheres nomeadas para cargos profissionais internacionais e nacionais em 2020, essa tendência já havia sido revertida nos primeiros meses de 2021. Embora as mulheres ocupassem 51% de todos os cargos profissionais de termo fixo em toda a Organização, ainda havia espaço para melhorias no nível P4 e acima. Um programa de mentoria havia sido criado para funcionários das Representações da OPAS/OMS nos países, com o objetivo de melhorar o equilíbrio de gênero nas Representações e promover o planejamento sucessório.

70. Os membros do Subcomitê externaram apoio ao desenvolvimento da nova Estratégia de Pessoas 2.0 e saudaram seu alinhamento com as prioridades estratégicas da Organização. Observou-se com satisfação que a Repartição havia buscado uma análise objetiva e as recomendações do Auditor Externo sobre questões de recursos humanos, e que o relatório incluía uma seção sobre a abordagem de irregularidades cometidas pelo pessoal. Solicitou-se à Repartição que fornecesse mais informações sobre a linha de ação e o orçamento para a Estratégia de Pessoas 2.0, e quais indicadores estão sendo usados para

monitorar o progresso. Expressou-se preocupação sobre os tipos de mecanismos contratuais usados pela Repartição como resultado da situação financeira da Organização, e foi solicitado à Repartição que indicasse se alguma estratégia de mitigação havia sido implementada para gerenciar os riscos associados ao uso de trabalhadores contingentes para realizar funções essenciais ou fornecer cooperação técnica. O uso de funcionários profissionais de categoria júnior, voluntários e outros colaboradores para suplementar a força de trabalho da RSPA foi bem-vindo, mas deu-se ênfase à necessidade de criar um marco estratégico para esse propósito, assim como à necessidade de proteger os dados e preservar a memória institucional.

71. Com relação à pandemia de COVID-19, os delegados expressaram agradecimento pelas medidas que haviam sido tomadas para proteger e apoiar o pessoal da RSPA e manter a continuidade dos negócios. Foram solicitadas mais informações sobre a organização do trabalho presencial, os critérios estabelecidos para limitar o trabalho presencial por funcionários com maior risco de doença grave e as lições extraídas dos arranjos de teletrabalho utilizados durante a pandemia. Foram solicitados esclarecimentos adicionais a respeito dos casos de COVID-19 que ocorreram entre o pessoal da RSPA. Solicitou-se à Repartição que fornecesse dados sobre casos entre funcionários desagregados por representação, sobre o apoio ou acompanhamento médico oferecido aos funcionários afetados e sobre os critérios de elegibilidade de seguro para consultores contratados no contexto da resposta à COVID-19.

72. Os Membros do Subcomitê reconheceram os esforços da Repartição em atingir a paridade de gênero, mas enfatizaram que esforços adicionais seriam necessários para atingir essa meta, especialmente para cargos de nível P5 e acima. A inclusão da paridade de gênero no planejamento de sucessão e aposentadoria da Repartição foi aplaudida. A Repartição foi solicitada a aumentar seus esforços de captação e a considerar todas as mulheres devidamente qualificadas para preencher as vagas relevantes decorrentes das 138 aposentadorias esperadas nos próximos cinco anos. Foram solicitadas informações sobre as conclusões de uma análise especial baseada em gênero dos cargos ocupados por funcionários da alta administração que estão na iminência da aposentadoria, e sobre os esforços para preservar a memória institucional.

73. A Dra. Barillas explicou que o roteiro para a implementação da Estratégia de Pessoas 2.0 empregava um enfoque baseado em resultados e incluía 12 atividades principais, cada uma com uma alocação orçamentária estimada e indicadores para determinar o progresso alcançado. Embora o ano passado tenha sido um período desafiador, a Organização teve a vantagem de poder aproveitar economias de escala em certas áreas para alcançar os objetivos da Estratégia de Pessoas 2.0. Em relação ao aumento da dependência de consultores e outros trabalhadores contingentes, ela assinalou que as restrições financeiras enfrentadas pela Repartição significavam que nenhum funcionário novo poderia ser recrutado com contrato fixo. Como resultado, estava sendo considerada a utilização de funcionários juniores e voluntários das Nações Unidas com experiência, habilidades e competências necessárias para os cargos vagos. Em resposta às preocupações

levantadas pelos Estados Membros, ela disse que uma nova política sobre a contratação e seleção de consultores estava sendo preparada.

74. Com relação aos arranjos de teletrabalho durante a pandemia, a proteção do pessoal da RSPA foi levada muito a sério. O acesso aos prédios da OPAS havia sido controlado com rigor, permitindo-se a entrada apenas de pessoal essencial. Foram elaboradas listas de trabalhadores essenciais para a Sede e para as representações nos países. Quanto à paridade de gênero, ela observou que uma das atividades incluídas na Estratégia de Pessoas 2.0 se concentrava especificamente no avanço das mulheres e no reforço dos esforços para alcançar a paridade de gênero, em particular nos níveis P5 e D1. Ela assegurou aos delegados que a Repartição estava envidando todos os esforços nesse sentido, levando em consideração os recursos financeiros e humanos de que dispunha.

75. Muitas lições foram aprendidas com a pandemia e a crise financeira sem precedentes. Um plano de continuidade de negócios e equipes de gestão de incidentes já haviam sido estabelecidos antes da pandemia e, portanto, as plataformas necessárias para permitir o teletrabalho já haviam sido implementadas. O sucesso dessas modalidades de trabalho sem dúvida contribuiria para uma atualização da política de teletrabalho assim que o retorno ao trabalho presencial fosse possível. Da mesma forma, sabendo da situação financeira difícil no horizonte, a Repartição adotou uma abordagem prudente e implementou certas medidas, incluindo o congelamento do recrutamento, o que lhe permitiu enfrentar o pior da crise e fazer economia sempre que possível. Um dos efeitos duradouros daquele terrível período financeiro foi que a Repartição continuaria a adotar uma perspectiva muito crítica a respeito de como preencher os cargos vagos.

76. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração da RSPA) enfatizou que a Repartição estava bem posicionada para mudar para o teletrabalho durante a pandemia. Ao fazê-lo, ficou claro que uma série de atividades de cooperação interna e externa poderiam ser realizadas em um ambiente virtual. Portanto, era possível que, no futuro, a Organização pudesse obter economias realizando certas atividades virtualmente. Além disso, era improvável que as viagens voltassem aos níveis anteriores à pandemia, o que significa que uma economia nesse aspecto também seria possível. Por último, o uso mais eficaz das mídias online e a realização de coletivas de imprensa regulares durante a pandemia permitiram à Organização melhorar sua comunicação com o público nos Estados Membros e alcançar um público maior do que nunca. Portanto, seriam envidados esforços para desenvolver ainda mais essas capacidades na era pós-pandemia.

77. O Subcomitê tomou nota do relatório.

#### ***Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital (documento SPBA15/11)***

78. A Sra. María Teresa Angulo (Diretora do Departamento de Operações de Serviços Gerais da RSPA) apresentou uma atualização sobre a situação do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital. Lembrando que o Fundo Mestre de Investimentos de Capital compreendia cinco subfundos, ela observou que o documento SPBA15/11 apresentava detalhes de cada um

deles para 2020, incluindo seus saldos líquidos. Ela informou que, em 31 de dezembro de 2020, o saldo geral do Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de \$19.746.027, o que incluía uma alocação de \$4.650.520,21 do superávit do biênio 2018-2019. O saldo da reserva para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de \$2 milhões ao final de 2020.

79. A utilização do Subfundo de Manutenção de Imóveis e Melhorias e do Fundo de Substituição de Veículos diminuiu acentuadamente em 2020 como resultado da priorização da resposta à pandemia de COVID-19. Um software integrado de prontuário médico eletrônico havia sido adquirido com recursos do Subfundo de Tecnologia da Informação, enquanto a avaliação de 12 imóveis de propriedade da OPAS na Sede e nas representações nos países havia sido realizada sob o Subfundo Rotativo Estratégico de Bens Imóveis. O Subfundo Estratégico de Recursos Humanos havia sido destinado a cobrir despesas relacionadas à implementação de módulos de talento e recrutamento e, portanto, não havia sido utilizado em 2020 devido ao congelamento de recrutamento (ver parágrafo 75 acima).

80. O Plano Mestre de Investimento de Capital para a Sede da OPAS foi atualizado para incluir os requisitos de investimento de capital para o edifício localizado na Virginia Avenue, 2121. Houve uma redução nas despesas operacionais líquidas como resultado da compra do imóvel na Virginia Avenue 2121 em 2019, e da finalização do aluguel de escritórios. Em comparação com 2019, havia sido obtida uma economia líquida de \$678.119 em 2020, e projetava-se uma economia líquida de \$774.609 para 2021.

81. Na discussão que se seguiu, um delegado elogiou o relatório e o fato de que a Organização havia economizado recursos por meio da aquisição do prédio na Virginia Avenue.

82. A Diretora observou que a Organização continuava a implementar o Plano Mestre de Investimentos de Capital para a manutenção de edifícios e a utilizar o Fundo Mestre de Investimentos de Capital de maneira que contribuísse ainda mais para a liquidez financeira da Organização.

83. O Subcomitê tomou nota do relatório.

***Atualização sobre o Fundo de Capital de Giro (documento SPBA15/12)***

84. O Sr. Xavier Puente Chaudé (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) apresentou o documento SPBA15/12 e explicou que o objetivo do Fundo de Capital de Giro era cobrir lacunas nos déficits de caixa causadas por atrasos no recebimento das contribuições fixas. Ele lembrou que o 58º Conselho Diretor havia aprovado um aumento no nível autorizado do Fundo de Capital de Giro para \$50 milhões, dos quais apenas \$28,7 milhões haviam sido obtidos até 31 de dezembro de 2020. Como resultado das contribuições fixas não pagas no valor de \$84,6 milhões, a Organização foi forçada a esgotar o saldo de \$28,7 milhões do Fundo de Capital de Giro e usar mais \$17 milhões de recursos adicionais irrestritos, como o Fundo Especial para Apoio a Programas, a fim de cobrir um déficit de caixa líquido de \$45,7 milhões.

85. Na discussão que se seguiu, os delegados expressaram seu apoio ao uso do Fundo do Capital de Giro para cobrir déficits temporários no pagamento das contribuições fixas. Manifestou-se preocupação com o alto nível de contribuições fixas não pagas, que levou ao esgotamento do Fundo e que, por sua vez, poderia ter um impacto negativo na sustentabilidade da implementação de programas. Enfatizou-se que os Estados Membros deveriam pagar suas contribuições integralmente e dentro do prazo para permitir que a Organização continuasse a prestar apoio, especialmente em um momento tão crítico como a pandemia de COVID-19. O Delegado dos Estados Unidos da América indicou que seu governo pretendia pagar o saldo restante de sua contribuição fixa para 2020 em breve.

86. Solicitou-se à Repartição que indicasse se previa quaisquer desafios de longo prazo associados ao pleno financiamento do Fundo de Capital de Giro e, caso afirmativo, que providências pretendia tomar a esse respeito. Um delegado assinalou que, entre 2014 e 2020, o nível autorizado do Fundo de Capital de Giro havia aumentado significativamente, enquanto as contribuições fixas permaneceram estáveis e o valor das contribuições não pagas a cada ano havia sido relativamente constante. Foi sugerido que a Repartição realizasse uma análise aprofundada, para consideração dos Órgãos Diretores, para identificar se alguma questão programática ou de outra natureza havia aumentado as necessidades orçamentárias da Organização e, portanto, contribuído parcialmente para a pressão adicional colocada no Fundo de Capital de Giro.

87. O Sr. Puente Chaudé destacou que, embora as contribuições não pagas no final de cada ano tivessem historicamente sido de cerca de \$40 milhões, a Organização enfrentou um déficit sem precedentes de mais de \$80 milhões por dois anos consecutivos, em 2019 e 2020.

88. A Diretora disse que a Repartição faria todos os esforços para produzir uma análise aprofundada antes da 168ª Sessão do Comitê Executivo, conforme solicitado. Ela enfatizou, no entanto, que as contribuições fixas devidas pelos Estados Membros permaneceram estáveis desde o biênio 2012-2013, o que, em termos reais, na verdade se traduziu em uma redução significativa do financiamento geral da Organização. Combinado com o atraso ou o não pagamento das contribuições fixas, isso vem colocando a Organização em considerável dificuldade no que se refere ao financiamento de custos programáticos.

89. O Subcomitê tomou nota do relatório.

### **Assuntos de informação geral**

#### ***Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS (documento SPBA15/INF/1)***

90. O Sr. Dean Chambliss (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) exibiu o relatório, observando que estava sendo apresentado em resposta a uma solicitação dos Estados Membros por atualizações periódicas sobre questões estratégicas relevantes para o relacionamento entre a OPAS e a OMS. Resumindo

alguns dos tópicos destacados no relatório, ele disse que a OPAS continuou a trabalhar em estreita colaboração com a OMS na implementação e no monitoramento da estrutura de resultados do PGT13. Ele assinalou que a OMS havia proposto uma extensão do prazo para atingir a meta dos “3 bilhões” do GPW13 até 2025, uma mudança que alinharia temporalmente as estruturas de planejamento estratégico da OPAS e da OMS. Com respeito ao financiamento, ele informou que, durante o atual biênio 2020-2021, a Região havia recebido um financiamento total de \$123,2 milhões da OMS em 11 de fevereiro de 2021, incluindo \$90,3 milhões em fundos flexíveis e \$32,9 milhões em contribuições voluntárias. Isso resultou em uma lacuna de financiamento de 43% em relação à alocação aprovada da OMS para as Américas, a maior lacuna entre todos os escritórios regionais da OMS.

91. O Sr. Chambliss lembrou que houve um amplo debate durante a 148ª Sessão do Conselho Executivo da OMS em janeiro de 2021 sobre o financiamento sustentável da OMS, o que resultou na criação de um grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre financiamento sustentável com o objetivo de possibilitar à OMS contar com as estruturas e capacidades robustas necessárias para cumprir suas funções essenciais. O grupo havia dado início a seus trabalhos recentemente, e a OPAS apoiaria as deliberações regionais para contribuir com esse trabalho.

92. A OPAS e a OMS continuaram a colaborar na resposta à pandemia de COVID-19. A estratégia de resposta da OPAS havia sido totalmente alinhada com o Plano Estratégico de Preparação e Resposta da OMS; a OPAS esteve envolvida na implementação e no uso de plataformas gerenciadas pela OMS, incluindo a Plataforma de Parceiros para a COVID-19 e o Sistema de Cadeia de Abastecimento para a COVID-19; e a OPAS estava apoiando ativamente a participação dos Estados Membros das Américas no Mecanismo COVAX.

93. O Subcomitê elogiou o apoio da OPAS aos Estados Membros durante a pandemia de COVID-19 e sua estreita coordenação com a OMS na resposta à pandemia. Agradeceu os esforços da Organização para apoiar a participação dos Estados Membros no Mecanismo COVAX e seu trabalho como parceira de compras do Mecanismo. A OPAS foi incentivada a continuar trabalhando em estreita colaboração com a OMS; a Gavi, the Vaccine Alliance; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e outros parceiros globais para assegurar o acesso rápido e equitativo às vacinas contra a COVID-19 para os países da Região e mitigar os riscos relacionados à distribuição da vacina. Solicitou-se à Repartição que informasse qual apoio estava sendo prestado aos países que receberiam vacinas contra a COVID-19 gratuitamente por meio do Mecanismo COVAX, mas que precisariam cobrir transporte, seguro e outros custos. Também foi solicitado à Repartição que fornecesse mais informações acerca das medidas estavam sendo tomadas para garantir a representação dos países das Américas nos mecanismos de governança do COVAX.

94. O envolvimento da OPAS no Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemia (IPPR) foi bem recebido. A necessidade de assegurar que a perspectiva regional fosse considerada no trabalho do Painel foi enfatizada, bem como a necessidade de um alinhamento contínuo entre a OPAS e a OMS no esforço de traduzir em nível regional os

resultados e as lições extraídas das várias análises globais. O Subcomitê também acolheu cordialmente a decisão do Conselho Executivo da OMS de criar um grupo de trabalho sobre financiamento sustentável. Solicitou-se à Repartição que fornecesse informações sobre as deliberações regionais a serem realizadas a esse respeito e sobre seus esforços para eliminar a lacuna entre o financiamento alocado pela OMS à Região e o financiamento efetivamente recebido.

95. Sugeriu-se que o relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo em junho fornecesse uma análise mais estratégica das áreas de oportunidade para coordenação entre a OPAS e a OMS, com maior enfoque nos resultados dessa colaboração. Também foi sugerido que mais informações deveriam ser fornecidas sobre a implementação do PGT13 e das iniciativas de transformação da OMS na Região. Foi solicitada uma atualização sobre o alinhamento entre o PGT13 e a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA2030).

96. O Sr. Chambliss apontou que a estrutura de resultados do PGT13 só havia começado a se aproximar de sua forma final em 2020, ao passo que a ASSA2030 havia sido adotada em 2017. No entanto, tanto a estrutura de resultados quanto a ASSA2030 possuíam como base sólida os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à saúde, e a Repartição acreditava que eles estavam fortemente alinhados, especialmente no tocante aos indicadores de impacto e resultados intermediários. Os Estados Membros seriam consultados caso fossem considerados necessários quaisquer ajustes.

97. Com respeito à implementação das iniciativas de transformação da OMS na Região, ele lembrou que a OPAS havia implementado tais mudanças seletivamente, uma vez que a OPAS havia realizado seus próprios esforços de transformação anteriores aos da OMS. Conseqüentemente, a OPAS, por exemplo, reestruturou seu Departamento de Emergências de Saúde de maneira harmonizada com a reestruturação do Programa de Emergências de Saúde da OMS, mas a Repartição não foi reestruturada para espelhar a nova estrutura da Secretaria da OMS.

98. Sobre a questão do financiamento sustentável da OMS, o Sr. Chambliss reiterou que as atividades do grupo de trabalho criado pelo Conselho Executivo estavam apenas começando e observou que o grupo de trabalho só realizaria sua primeira reunião no final de março de 2021. Nenhuma consulta regional havia sido programada até o momento, mas a Repartição monitoraria as deliberações do grupo de trabalho e organizaria tais consultas conforme e quando solicitadas pelos Estados Membros. Com respeito aos esforços para eliminar a lacuna de financiamento na Região, ele informou que a Repartição estava ativamente envolvida no trabalho do Comitê de Alocação de Recursos da OMS e das equipes de entrega de resultados, e já tinha visto alguns sinais promissores em termos de alocação de contribuições voluntárias.

99. O Dr. Jarbas Barbosa (Subdiretor da RSPA) observou que a Diretora havia destacado continuamente a necessidade de uma distribuição mais equitativa das vacinas disponíveis contra a COVID-19. Embora a OPAS, juntamente com o UNICEF, servisse como comprador de vacinas no Mecanismo COVAX, não estava envolvida na maneira em que o Mecanismo tomava decisões sobre a alocação de vacinas – apesar das repetidas

assertivas da Repartição de que deveria estar. Mesmo assim, quando a Repartição havia sido notificada das decisões de alocação, imediatamente havia iniciado discussões com os fornecedores e mantido reuniões quase diárias com os fabricantes com o intuito de acelerar a produção de vacinas. Quanto aos 10 países da Região elegíveis para o Compromisso Avançado de Mercado do COVAX, a Repartição havia auxiliado na elaboração de seus planos nacionais de vacinação e fornecido apoio em vários aspectos desses planos, inclusive importação, comunicações, treinamento de pessoal e fornecimento de seringas e outros insumos.

100. O Dr. Barbosa observou que a experiência da pandemia e do Mecanismo COVAX ressaltou a necessidade de melhor preparação para futuras pandemias e de implementar mecanismos para garantir o acesso equitativo e ininterrupto a insumos, equipamentos e vacinas. Ele também destacou a necessidade de manter medidas de saúde pública, como distanciamento físico e uso de máscaras, uma vez que a vacinação não teria efeito imediato em termos de limitação da transmissão do vírus ou redução dos casos de COVID-19.

101. A Diretora afirmou que a Repartição estava aumentando seu nível de colaboração com a OMS por meio de planejamento conjunto e contribuição de experiências e perícia regionais, não apenas para a Sede da OMS, mas também para outros escritórios regionais. A Repartição via o Mecanismo COVAX como uma expressão de solidariedade multilateral e, como tal, o considerava o melhor mecanismo para garantir o acesso às vacinas para todos os países. Por esse motivo, não havia procurado obter vacinas contra a COVID-19 diretamente por meio do Fundo Rotativo, mas, em vez disso, optou por trabalhar por meio do Mecanismo COVAX para cobrir os 20% iniciais das necessidades de vacina na Região. Ela afirmou continuar acreditando que era a abordagem certa, embora reconhecesse que havia alguns desafios porque a OPAS não tinha papel nos órgãos decisórios críticos do Mecanismo e, conseqüentemente, algumas decisões haviam sido tomadas sem pleno entendimento das nuances da situação na Região. A Repartição continuaria a defender um papel maior para a OPAS na tomada de decisões do Mecanismo COVAX.

102. Ela assegurou ao Subcomitê que garantir o acesso equitativo às vacinas era uma prioridade alta para a Repartição e que estava tomando medidas para promover a solidariedade e o compartilhamento de vacinas entre os países e a obtenção de vacinas a preços melhores por meio do Fundo Rotativo, com ênfase especial em atender as necessidades de países menores que enfrentaram preços mais altos porque compraram quantidades menores. Ela acrescentou que a Repartição já estava examinando como assegurar o acesso além dos 20% iniciais, inclusive trabalhando com parceiros no Sistema Interamericano para aumentar a capacidade de produção na Região. Ela destacou que, embora acelerar a distribuição da vacina seja importante, é igualmente importante garantir a segurança e a eficácia de qualquer vacina comprada. Por esse motivo, o Fundo Rotativo da OPAS continuaria comprando apenas vacinas que foram aprovadas pela OMS para listagem de uso emergencial. Ecoando os comentários do Dr. Barbosa, ela destacou a necessidade de manter as medidas comprovadas de saúde pública, que, juntamente com a vacinação, permitiriam aos países alcançar a imunidade coletiva.

103. O Subcomitê tomou nota do relatório.



***Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (documento SPBA15/INF/2, Rev. 1)***

104. O Dr. James Fitzgerald (Diretor do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde da RSPA) lembrou que a resolução CESS1.R1, adotada pelo Comitê Executivo em maio de 2020, autorizou um empréstimo emergencial que consiste de uma transferência de fundos limitada, rotativa e de curto prazo até um máximo de \$50 milhões, da conta de capital do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas à conta de capital do Fundo Rotativo Regional para Suprimentos Estratégicos de Saúde Pública. O documento SPBA15/INF/2 informou sobre a situação deste empréstimo e sobre as ações tomadas para facilitar o acesso dos Estados Membros aos suprimentos essenciais para combate à COVID-19.

105. Após a adoção da resolução CESS1.R1, o número de países que solicitaram o uso da conta de capital do Fundo Estratégico aumentou 45%, e a utilização cumulativa total da conta de capital cresceu 66%. Como resultado desse uso maior, o saldo da conta de capital do Fundo Estratégico havia aumentado para \$24,6 milhões. A conta de capital havia sido gerida de forma eficaz para apoiar os Estados Membros, sem exigir a utilização do empréstimo emergencial em 2020. No entanto, em janeiro de 2021, fez-se necessário recorrer ao empréstimo emergencial para apoiar o pedido de um Estado Membro para a aquisição emergencial de medicamentos necessários para o atendimento a pacientes com COVID-19 em unidades de tratamento intensivo.

106. Para continuar atendendo às demandas urgentes dos Estados Membros da OPAS durante a pandemia e facilitar o acesso rápido a medicamentos essenciais e provisões de saúde pública para o combate à COVID-19, a Repartição estava buscando a aprovação dos Estados Membros para estender a vigência da provisão do empréstimo de emergência interno até 31 de dezembro de 2023, sob as mesmas condições aprovadas pelos Estados Membros na resolução CESS1.R1.

107. O Subcomitê apoiou a proposta de extensão da vigência, mas deu ênfase à necessidade de assegurar que quaisquer empréstimos feitos da conta de capital do Fundo Rotativo à conta de capital do Fundo Estratégico não prejudicassem a capacidade dos Estados Membros de adquirir vacinas para imunização de rotina ou vacinas contra a COVID-19 por meio do Fundo Rotativo. Foram solicitados esclarecimentos sobre os controles em vigor para assegurar que a conta de capital do Fundo Rotativo não fosse afetada negativamente e que quaisquer empréstimos fossem reembolsados em tempo hábil. Nesse sentido, sugeriu-se que o documento deveria incluir uma análise prospectiva da demanda prevista de vacinas contra a COVID-19 e o impacto dessa demanda na capitalização do Fundo Rotativo. Os delegados também solicitaram esclarecimentos sobre a justificativa para estender a concessão do empréstimo até o final de 2023 em vez de, por exemplo, final de 2022.

108. Solicitou-se ao Dr. Fitzgerald que explicasse como funcionava o processo de aquisições e como a Repartição estava garantindo o reembolso oportuno dos valores emprestados pelos Estados Membros aos quais a linha de crédito havia sido estendida.

Também foi solicitado ao Dr. Fitzgerald que esclarecesse se \$50 milhões era o valor máximo de cada empréstimo ou o valor máximo total de financiamento que poderia ser transferido do Fundo Rotativo para o Fundo Estratégico até o final de 2023. Enfatizou-se a necessidade de garantir a sustentabilidade de longo prazo do Fundo Estratégico e solicitou-se informação sobre os planos para garantir a autossuficiência desse Fundo.

109. O Dr. Fitzgerald assegurou ao Subcomitê que quaisquer empréstimos feitos do Fundo Rotativo ao Fundo Estratégico não afetariam de forma alguma a compra de vacinas para programas de imunização de rotina nem a programação da compra de vacinas para o Mecanismo COVAX. Em relação aos controles em vigor, ele explicou que, quando um país solicitava uma linha de crédito, a solicitação era analisada com base nos fundos disponíveis e em quaisquer pagamentos pendentes devidos pelo país solicitante, antes da aprovação. A Repartição, então, entrava em contato com o Estado Membro para garantir o reembolso. Se não houvesse crédito suficiente disponível no Fundo Estratégico, a Repartição examinava o crédito geral disponível tanto para o Fundo Estratégico quanto para o Fundo Rotativo e determinava, com base na análise de pedidos futuros dos dois fundos e dos saldos pendentes devidos pelo Estado Membro, se seria possível acessar o financiamento do Fundo Rotativo como um empréstimo emergencial. Essas análises eram realizadas mensalmente antes de qualquer decisão ser tomada. Ao mesmo tempo, a Repartição estava trabalhando em estreita colaboração com os Estados Membros para reprogramar pedidos e entregas, a fim de evitar a necessidade de empréstimos emergenciais. A gestão *just-in-time* dos processos de pedidos, o alinhamento com o Sistema de Informação de Gestão da RSPA (PMIS) e o uso de transporte multimodal (combinando aéreo e marítimo) também contribuíram para a gestão eficaz das linhas de crédito e o uso eficaz da provisão de empréstimo emergencial.

110. Quanto ao montante máximo disponível para empréstimos de emergência, o Dr. Fitzgerald explicou que os empréstimos haviam sido autorizados caso a caso, com base na análise, pela Repartição, do crédito disponível. O máximo de \$50 milhões não era um montante único transferido do Fundo Rotativo para o Fundo Estratégico. Quanto ao motivo pelo qual a Repartição havia solicitado uma extensão da provisão do empréstimo até o final de 2023, ele observou que a demanda por medicamentos para unidades de terapia intensiva deveria permanecer elevada ao longo de 2022 e, possivelmente, 2023. A fim de garantir que pudesse responder rapidamente às necessidades dos Estados Membros, a Repartição desejava, portanto, estender a provisão do empréstimo até o final de 2023.

111. O Subcomitê aprovou a proposta de estender a provisão do empréstimo emergencial até o final de 2023.

***Projeto da agenda provisória para a 168ª sessão do Comitê Executivo (documento SPBA15/INF/3)***

112. A Sra. Mônica Zaccarelli Davoli (Assessora Sênior do Escritório de Órgãos Diretores da RSPA) apresentou o projeto da agenda provisória para a 168ª Sessão do Comitê Executivo, que refletia as revisões realizadas na lista de tópicos examinados pelo

Comitê Executivo durante sua 167ª Sessão<sup>4</sup>. Ela lembrou que, naquela sessão, a Repartição havia sido incentivada a reconsiderar os tópicos para os Órgãos Diretores em 2021 e a apresentar uma agenda com mais foco na resposta à pandemia de COVID-19 e nas lições dela extraídas, levando também em consideração a situação financeira urgente da Organização. A lista de tópicos, portanto, havia sido revisada e apresentada aos Membros do Comitê Executivo em uma nota verbal em dezembro de 2020. O projeto de agenda provisória apresentado no documento SPBA15/INF/3 refletia essa lista revisada, que havia sido aprovada pelo Comitê Executivo.

113. A agenda incluía cinco documentos de política e uma estratégia, que a Repartição considerou altamente relevantes para o contexto atual da resposta à pandemia e o período pós-pandemia. Também seria apresentada uma atualização sobre a situação da COVID-19 na Região. Além disso, a agenda incluía os itens habituais considerados pelo Comitê Executivo em suas sessões de junho, inclusive todos os itens considerados pelo Subcomitê em sua 15ª Sessão, e um conjunto de relatórios finais e de progresso exigidos por resoluções previamente adotadas.

114. Na discussão que se seguiu, os delegados expressaram agradecimento à Repartição por ter revisado a agenda provisória de acordo com as recomendações feitas pelo Comitê Executivo. Foi sugerido que a agenda deveria incluir espaço para discussão das repercussões regionais das várias iniciativas de revisão que estão ocorrendo mundialmente como resultado da pandemia de COVID-19, incluindo aquelas que estão sendo realizadas pelo Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemia (IPPR), pelo Comitê de Revisão sobre o Funcionamento do Regulamento Sanitário Internacional (2005) durante a Resposta à COVID-19 e pelo Comitê Independente de Supervisão e Assessoria da OMS; além disso, deveria haver uma análise das repercussões e dos impactos da resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre o fortalecimento da preparação e resposta da OMS às emergências de saúde, a ser adotada em maio de 2021. Também foi sugerido que, visando a aumentar a eficiência das deliberações dos Órgãos Diretores e fazer o melhor uso possível dos recursos humanos e financeiros da Organização, os itens 4.3 (Roteiro para a Transformação Digital do Setor da Saúde na Região das Américas) e 4.4 (Política sobre a Aplicação da Ciência de Dados em Saúde Pública por meio de Inteligência Artificial e Outras Tecnologias Emergentes) poderiam ser combinados.

115. Solicitou-se esclarecimento quanto ao intuito do item 4.5 (Aumento da Capacidade Produtiva de Medicamentos Essenciais e Tecnologias em Saúde). Assinalou-se que o aumento da capacidade de produção de medicamentos e tecnologias em saúde essenciais estava fora da alçada do setor da saúde, e foi ressaltada a necessidade de limitar o escopo do item a assuntos que fossem de responsabilidade do setor da saúde. Por último, solicitou-se que os relatórios de progresso e finais sob o item “Assuntos de informação geral” fossem apresentados apenas para informação, e não discutidos durante a sessão, como havia sido feito com os relatórios apresentados ao 58º Conselho Diretor em 2020.

---

<sup>4</sup> Vide Relatório Final da 167ª Sessão do Comitê Executivo, documento CE167/FR (2020).

116. A Sra. Zaccarelli Davoli disse que as informações sobre as iniciativas de revisão global poderiam ser incluídas no relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS (item 7.2) e/ou no relatório sobre a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (item 7.5). A sugestão de apresentar relatórios de progresso e finais para informação poderia ser oferecida como uma recomendação ao Comitê Executivo, enquanto órgão responsável por aprovar a agenda. Sobre a possibilidade de combinação dos itens 4.3 e 4.4 e a solicitação de esclarecimentos referente ao item 4.5, os responsáveis técnicos foram convidados a prestarem esclarecimentos.

117. O Dr. Sebastián García Saiso (Diretor do Departamento de Evidências e Inteligência para Ação em Saúde da RSPA) abordou os comentários sobre os itens 4.3 e 4.4. Ele explicou que o objetivo era fornecer uma linha de ação geral para melhorar a capacidade de analisar e usar as informações de saúde disponíveis de forma mais eficaz e criar um ambiente para fortalecer a tomada de decisão no setor da saúde por meio de melhores análises, incorporando novas tecnologias. Isso, por sua vez, levaria ao desenvolvimento de uma política que permitiria às autoridades de saúde pública ter evidências mais robustas para a tomada de decisão, usando inteligência artificial e outras tecnologias, como a análise de *big data*.

118. O Dr. James Fitzgerald (Diretor do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde da RSPA), referindo-se ao item 4.5, explicou que as evidências acumuladas por meio do trabalho da Repartição com a CEPAL e os Estados Membros indicavam que os países da América Latina e do Caribe continuavam fortemente dependentes das importações de medicamentos e outros insumos médicos de fora da região, o que causou grandes problemas para assegurar o acesso a tais provisões e medicamentos essenciais durante a pandemia. O documento do item 4.5 seria um documento de política que apresentaria algumas propostas de ação intersetorial entre os setores de saúde, ciência e tecnologia e indústria para aumentar a capacidade de produção intrarregional e fortalecer as cadeias de abastecimento de suprimentos essenciais, inclusive vacinas, para que a América Latina e o Caribe estivessem em posição de atender às necessidades regionais durante futuras emergências de saúde pública.

119. A Diretora observou que, embora os itens 4.3 e 4.4 estivessem relacionados, eram dois itens separados e, portanto, sugeriu que não fossem combinados. Em relação ao item 4.5, destacou que é importante que os ministros da saúde se envolvam no desenvolvimento de estratégias para estimular as ações necessárias para garantir a autossuficiência em medicamentos e tecnologias essenciais. Quanto à análise das repercussões regionais dos vários processos de revisão em andamento em escala mundial, ela observou que seria necessário esperar até depois da Assembleia Mundial da Saúde em maio. Uma análise poderia então ser incluída no relatório sobre questões entre a OPAS e a OMS.

120. O Subcomitê aprovou a agenda provisória com as modificações sugeridas pelos Membros durante a discussão.

**Outros assuntos**

121. A Diretora lembrou que, em 2013, a OPAS havia concordado em fornecer cooperação técnica ao Governo do Brasil em apoio ao seu Programa Mais Médicos, que buscava fortalecer a infraestrutura de saúde do país e resolver uma escassez crítica de pessoal de atenção primária à saúde, trazendo médicos de vários países, inclusive da Argentina, Cuba, Portugal, Espanha e Uruguai. Como resultado, 60 milhões de brasileiros tiveram acesso à atenção primária à saúde, muitos pela primeira vez. O apoio da OPAS ao Programa havia terminado em 2018. Pouco depois, quatro médicos cubanos que haviam deixado o Programa Mais Médicos e ido para os Estados Unidos processaram a Organização na Justiça Federal dos Estados Unidos, fazendo várias alegações infundadas contra a OPAS, por sua participação no Programa. A Diretora informou que o processo segue em andamento.

122. Em julho de 2020, a pedido de um Estado Membro, a Diretora havia dado início a uma análise administrativa do trabalho da Repartição em apoio ao Programa Mais Médicos. A análise havia se concentrado exclusivamente nas atividades de cooperação técnica da Repartição, e não nas decisões ou ações de qualquer Estado Membro. Os Estados Membros que redigiram os termos de referência para a análise, com a participação do Secretariado, reconheceram que manter o sigilo seria essencial devido ao processo em andamento. Portanto, foi acordado que a análise seria conduzida externamente por um escritório de advocacia com sede em Washington, D.C. A Diretora disse que foi recentemente informada por integrantes do escritório de advocacia sobre o resultado da análise. O escritório havia fornecido uma série de recomendações que reforçavam as políticas, regras e procedimentos existentes para a gestão de projetos extra-orçamentários, inclusive em relação à aprovação, implementação e gestão de riscos de projetos. Essas recomendações também refletiam as decisões recentes tomadas pelos Estados Membros em relação a iniciativas extra-orçamentárias<sup>5</sup>.

123. A Diretora disse estar extremamente satisfeita com as recomendações do escritório de advocacia e que tomaria as medidas necessárias para continuar a fortalecer as políticas e práticas da Repartição para que estivesse ainda mais bem posicionada para apoiar as iniciativas de saúde pública dos Estados Membros no futuro. Ela afirmou também que tinha muito orgulho do trabalho e da transparência da Organização e que gostaria de poder compartilhar mais informações sobre a análise com os Estados Membros naquele momento, mas que seus resultados precisariam permanecer confidenciais até que o processo transite em julgado.

**Encerramento da sessão**

124. Após a troca habitual de cortesias, o Presidente deu por encerrada a 15ª Sessão do Subcomitê.

Anexos

---

<sup>5</sup> Vide resolução CD58.R3 (2020).

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Presidente da Décima Quinta Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração, delegado do Uruguai, e a Secretária *ex officio*, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinam o presente Relatório Final em língua portuguesa.

LAVRADO em Washington D.C., Estados Unidos da América, neste vigésimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um. A Secretária depositará o documento original assinado nos Arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana. Uma vez aprovado pelo Presidente, o Relatório Final será publicado no site da Organização Pan-Americana da Saúde.

---

Daniel Salinas  
Presidente da 15ª Sessão do Subcomitê  
para Programas, Orçamento  
e Administração  
Delegado do Uruguai

---

Carissa F. Etienne  
Secretária *ex officio* da 15ª Sessão do  
Subcomitê para Programas, Orçamento  
e Administração  
Diretora da Repartição Sanitária Pan-  
Americana

**Anexo A**

**AGENDA**

- 1. ABERTURA DA SESSÃO**
  - 2. ASSUNTOS RELATIVOS AO REGULAMENTO**
    - 2.1 Eleição da Mesa Diretora
    - 2.2 Adoção da agenda
  - 3. ASSUNTOS RELATIVOS À POLÍTICA DOS PROGRAMAS**
    - 3.1 Esquema do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023
    - 3.2 Escala de contribuições fixas 2022-2023
    - 3.3 Colaboração com agentes não estatais
    - 3.4 Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
    - 3.5 Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS
  - 4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**
    - 4.1 Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2020
    - 4.2 Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023
    - 4.3 Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana
    - 4.4 Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
    - 4.5 Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital
    - 4.6 Atualização sobre o Fundo de Capital de Giro
-

**5. ASSUNTOS DE INFORMAÇÃO GERAL**

- 5.1 Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
- 5.2 Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
- 5.3 Projeto da agenda provisória para a 168ª Sessão do Comitê Executivo

**6. OUTROS ASSUNTOS**

**7. ENCERRAMENTO DA SESSÃO**



**Anexo B**

**LISTA DE DOCUMENTOS**

**Documentos de trabalho**

SPBA15/1	Agenda
SPBA15/2	Esquema do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023
SPBA15/3	Escala de contribuições fixas 2022-2023
SPBA15/4	Colaboração com agentes não estatais
SPBA15/5	Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
SPBA15/6	Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS
SPBA15/7	Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2020
SPBA15/8	Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023
SPBA15/9	Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA15/10	Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA15/11	Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital
SPBA15/12	Atualização sobre o Fundo de Capital de Giro

**Assuntos de informação**

SPBA15/INF/1	Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
SPBA15/INF/2, Rev. 1	Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
SPBA15/INF/3	Projeto da agenda provisória para a 168ª Sessão do Comitê Executivo

---

**Anexo C**

**OFFICERS/MESA DIRECTIVA**

President/Presidente:	Dr. Daniel Salinas (Uruguay)
Vice-President/Vice-Presidente:	Mtro. Marcos Cantero Cortes (Mexico)
Rapporteur/Relator:	Licda. María Eugenia Ardón Quezada (Guatemala)

**MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ**

**BARBADOS**

Lt. Col. Hon. Jeffrey D. Bostic  
Minister of Health and Wellness  
Ministry of Health and Wellness  
St. Michael

Dr. Janet Phillips  
Permanent Representative  
Ministry of Health and Wellness  
St. Michael

Dr. Kenneth George  
Chief Medical Officer  
Ministry of Health and Wellness  
St. Michael

Mrs. Reeshemah Cheltenham Niles  
Director (Ag.) Planning and Research  
Ministry of Health and Wellness  
St. Michael

**CANADA/CANADÁ**

Ms. Lucero Hernández  
Manager  
Multilateral Relations Division  
Office of International Affairs for the  
Health Portfolio  
Government of Canada, Ottawa

Ms. Charlotte McDowell  
Senior Development Officer and Alternate  
Representative of Canada to the  
Organization of American States  
Washington, D.C.

Ms. Jennifer Izaguirre  
Policy Analyst  
Office of International Affairs for the  
Health Portfolio  
Government of Canada, Ottawa

**CANADA/CANADÁ (cont.)**

Mr. William Wang  
Policy Analyst  
Multilateral Relations Division  
Office of International Affairs for the  
Health Portfolio  
Government of Canada, Ottawa

Ms. Marissa de la Torre Ugarte  
Policy Analyst  
Global Affairs Canada  
Inter-American Program  
Government of Canada, Ottawa

**ECUADOR**

Mg. Fernando Roberto Jácome Gaviláñez  
Director Nacional de Cooperación y  
Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud Pública  
Quito

Ing. Luisa Noboa  
Analista de Cooperación y  
Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud Pública  
Quito

**GUATEMALA**

Licda. María Eugenia Ardón Quezada  
Asesora  
Ministerio de Salud y Asistencia Social  
Guatemala

Licda. María Eugenia Morales Ramírez  
Representante del Viceministerio  
Administrativo Financiero  
Ministerio de Salud y Asistencia Social  
Guatemala

---

**MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

**GUATEMALA (cont.)**

Dra. Norma Lucrecia Ramírez Sagastume  
de Castellanos  
Viceministra Técnica  
Ministerio de Salud y Asistencia Social  
Guatemala

Dra. Nancy Pezzarossi de Calderón  
Viceministra Administrativa y Financiera  
Ministerio de Salud y Asistencia Social  
Guatemala

**MEXICO/MÉXICO**

Dr. Jorge Carlos Alcocer Varela  
Secretario de Salud  
Secretaría de Salud  
México, D.F.

Mtro. Marcos Cantero Cortes  
Titular de la Unidad de Análisis Económico  
Secretaría de Salud  
México, D.F.

Lic. Martha Leticia Caballero Abraham  
Encargada de la Dirección General de  
Relaciones Internacionales  
Secretaría de Salud  
México, D.F.

Mtra. Araceli Camacho Chairez  
Directora de Políticas de Aseguramiento  
en Salud  
Secretaría de Salud  
México, D.F.

Lic. José Gustavo Valle Mendoza  
Subdirector de Gestión Interamericana  
Secretaría de Salud  
México, D.F.

Lic. Maite Narvaéz Abad  
Segunda Secretaria, Representante Alternativa  
de México ante la Organización de los  
Estados Americanos  
Washington, D.C.

**MEXICO/MÉXICO (cont.)**

Sra. Zulema Guerra  
Jefa de Departamento para el  
Sistema Interamericano  
Secretaría de Salud  
México, D.F.

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS  
UNIDOS DE AMÉRICA**

Ms. Adriana Gonzalez  
Health Advisor  
Office of Economic and Development  
Assistance  
Bureau of International Organization Affairs  
Department of State  
Washington, D.C.

Ms. Mara Burr  
Director Multilateral Relations  
Department of Health and Human Services  
Washington, D.C.

Ms. Gabrielle Le  
Health Team Intern  
Office of Economic and Development  
Affairs  
Bureau of International Organization Affairs  
Department of State  
Washington, D.C.

Ms. Maya Levine  
Senior Global Health Officer for  
Multilateral Relations  
Office of Global Affairs  
Department of Health and Human Services  
Washington, D.C.

Ms. Marcela Lievano-Martinez  
Global Health Officer, Americas  
Office of Global Affairs  
Department of Health and Human Services  
Washington, D.C.

**MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ** (cont.)

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA** (cont.)

Mr. Gilbert Morton  
Senior Advisor  
Office of Management Policy and Resources  
Bureau of International Organization Affairs  
Department of State  
Washington, D.C.

Ms. Leandra Olson  
Senior Global Health Officer, Multilateral Relations  
Office of Global Affairs  
Department of Health and Human Services  
Washington, D.C.

Mr. James P. Shuster  
Program Analyst  
Office of Management, Policy and Resources  
Bureau of International Organization Affairs  
Department of State  
Washington, D.C.

Ms. Ann Blackwood  
Senior Health Advisor  
Cherokee Nation Federal  
Arlington, VA

**URUGUAY** (cont.)

Dr. Daniel Salinas  
Ministro de Salud Pública  
Ministerio de Salud Pública  
Montevideo

Dr. Miguel Asqueta  
Director General de Salud  
Ministerio de Salud  
Montevideo

Mag. Gabriela Gómez  
Directora de Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud  
Montevideo

Lic. Luis Galicia  
Coordinador de las Áreas Programáticas  
Ministerio de Salud  
Montevideo

Cr. Julio Busson  
Asesor de Ministro y Subsecretario  
Ministerio de Salud  
Montevideo

Dra. Alicia Arbelbide  
Ministra Consejera, Representante Alternativa de Uruguay ante la Organización de los Estados Americanos  
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE  
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

**ARGENTINA**

Dra. Carla Moretti  
Directora Nacional de Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud  
Buenos Aires

Dra. Gabriela Ramírez  
Asesora  
Dirección Nacional de Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud  
Buenos Aires

**ARGENTINA** (cont.)

Lic. Georgina Grigioni  
Asesora  
Dirección Nacional de Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud  
Buenos Aires

Lic. Andrea Polach  
Asesora  
Dirección Nacional de Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud  
Buenos Aires

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE (cont.)**  
**OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

**ARGENTINA (cont.)**

Lic. Clara Zerbino  
Directora de Estrategias de Financiamiento  
Ministerio de Salud  
Buenos Aires

**BRAZIL/BRASIL**

Excmo. Fernando Simas Magalhães  
Embaixador, Representante Permanente do  
Brasil junto à Organização dos Estados  
Americanos  
Washington, D.C.

Sr. Gabriel Boff Moreira  
Ministro Conselheiro, Representante  
Alternativo do Brasil junto à Organização dos  
Estados Americanos  
Washington, D.C.

Sra. Maria Clara de Paula Tusco  
Primeira Secretária, Representante Alternativa  
do Brasil junto à Organização dos  
Estados Americanos  
Washington, D.C.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira  
Primeiro Secretário, Representante Alternativo  
do Brasil junto à Organização dos  
Estados Americanos  
Washington, D.C.

Sra. Indiara Meira Gonçalves  
Analista Técnica para Assuntos  
Multilaterais da Assessoria de  
Assuntos Internacionais  
Ministério da Saúde  
Brasília

**COLOMBIA**

Excmo. Sr. Alejandro Ordoñez  
Embajador, Representante Permanente  
de Colombia ante la Organización de los  
Estados Americanos  
Washington

**COLOMBIA (cont.)**

Sra. Adriana Maldonado  
Ministra Consejera, Representante  
Alternativa de Colombia ante la Organización  
de los Estados Americanos  
Washington, D.C.

Sra. Paola M. Bernal  
Coordinadora de Cooperación  
y Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud y Protección Social  
Bogotá

Sra. Ximena Valdivieso  
Coordinadora de Asuntos Sociales  
Ministerio de Relaciones Exteriores  
Bogotá

Sra. Grecia Saray Umbarila Vélez  
Asesora, Grupo de Cooperación y  
Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud y Protección Social  
Bogotá

Sra. Carolina Schlesinger  
Segunda Secretaria, Representante  
Alternativa de Colombia ante la Organización  
de los Estados Americanos  
Washington, D.C.

Sr. Luis Hernán Hincapié Matoma  
Asesor, Coordinación de Asuntos Sociales  
Dirección de Asuntos Económicos, Sociales  
y Ambientales  
Ministerio de Relaciones Exteriores  
Bogotá

Sr. Cristian Perea  
Tercer Secretario de Relaciones Exteriores  
Coordinación de Asuntos Sociales  
Dirección de Asuntos Económicos, Sociales  
y Ambientales  
Ministerio de Relaciones Exteriores  
Bogotá

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE (cont.)**  
**OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

**COSTA RICA**

Sra. Adriana Salazar González  
Jefe de Relaciones Internacionales  
Ministerio de Salud  
San José

**DOMINICAN REPUBLIC/REPÚBLICA  
DOMINICANA**

Dr. Edward Guzmán  
Viceministro de Planificación y Desarrollo  
Ministerio de Salud Pública  
Santo Domingo

Dra. Indhira Guillén  
Encargada del Departamento de  
Cooperación Internacional  
Ministerio de Salud Pública  
Santo Domingo

**JAMAICA**

Dr. Bryan Dustan  
Permanent Secretary  
Ministry of Health and Wellness  
Kingston

Dr. Howard Lynch  
Director  
Policy, Planning and Development  
Ministry of Health and Wellness  
Kingston

**JAMAICA (cont.)**

Dr. Andre Poyse  
Policy Coordinator  
Ministry of Health and Wellness  
Kingston

**NICARAGUA**

Dr. Christian Toledo  
Director General de Vigilancia para la Salud  
Ministerio de Salud  
Managua

**PERU/PERÚ**

Dra. Marita de los Ríos Guevara  
Especialista en Gestión Pública  
Ministerio de Salud  
Lima

**TRINIDAD AND TOBAGO/TRINIDAD Y  
TABAGO**

Ms. Anita Sohan  
Director, International Cooperation Desk  
Ministry of Health  
Port-of-Spain

**OBSERVER STATES/ESTADOS OBSERVADORES**

**SPAIN/ESPAÑA**

Excma. Sra. Carmen Montón  
Embajadora, Observadora Permanente de  
España ante la Organización de los  
Estados Americanos  
Washington, D.C.

**PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION  
ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD**

**Director and Secretary *ex officio* of the  
Subcommittee/  
Directora y Secretaria *ex officio* del  
Subcomité**

Dr. Carissa F. Etienne  
Director/Directora

**Advisers to the Director/  
Asesores de la Directora**

Ms. Mary Lou Valdez  
Deputy Director/Directora Adjunta

Dr. Jarbas Barbosa da Silva Junior  
Assistant Director/Subdirector

**Advisers to the Director/  
Asesores de la Directora (cont.)**

Mr. Gerald Anderson  
Director of Administration  
Director de Administración

Dr. Heidi Jiménez  
Legal Counsel/Asesora Jurídica

Ms. Mônica Zaccarelli Davoli  
Senior Advisor, Governing Bodies Office  
Asesora Principal, Oficina de los Cuerpos  
Directivos

- - -